



ESCLARECIMENTOS e ERRATA

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS ESCLARECE AOS INTERESSADOS NA LICITAÇÃO:

PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Em atenção aos pedidos de esclarecimentos encaminhados por e-mails que informa dúvidas sobre condições edital e anexos supra mencionados e sobre elas solicita esclarecimentos, cumpre-nos responder:

1.Questionamentos de Nilcatex Têxtil Ltda, por e-mail eliaquim.araujo@nilcatex.com.br em 12/02/2025:

1.1.“A empresa Nilcatex Têxtil Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 95.948.618/0002-75, vem através do presente requerer esclarecimentos aos termos e condições constantes do edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2025, conforme abaixo: JAQUETA FELPADA 1. Analisando a tabela de medidas, observa-se que o tórax está muito amplo. Está correta essa informação? CALÇA LEGGING 1. A forma de medir os ganchos está sendo indicada com o cós. As medidas serão consideradas com o cós? 2. Analisando a tabela, observa-se que as medidas dos ganchos estão extremamente curtas. Está correta essa informação? como devemos proceder? BERMUDA CICLISTA 1. A forma de medir os ganchos está sendo indicada com o cós. As medidas serão consideradas com o cós? 2. Analisando a tabela, observa-se que as medidas dos ganchos estão extremamente curtas. Está correta essa informação? como devemos proceder?”

Resposta: Quantos aos itens 6,9, 10 em comento, foi publicada errata com as medidas alteradas:



ITEM 6:



Produto acabado em cm (variação de 1cm para as medidas A/B/C e 0,5cm para medida D):

		01	02	04	06	08	10	12	14	16	P	M	G	GG	EG
A	Comprimento total com a barra	40	42	45	49	52	56	60	64	67	69	72	75	78	82
B	Largura peito	32	34	37	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	62
C	Comprimento manga com o punho	35	37	41	44	47	50	53	56	60	64	66	68	70	72
D	Barra, gola e punhos	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5

ITEM 9:

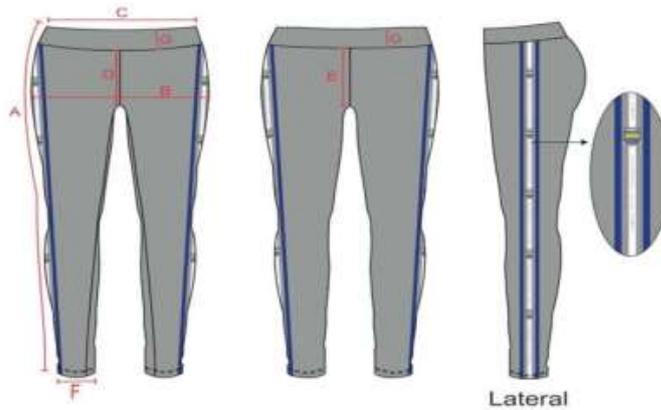


TABELA DE MEDIDAS PRODUTO ACABADO

T/U	DESCRIÇÃO	0	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XGG
A	COMPRIMENTO TOTAL	50,5	57,0	64,0	69,0	74,5	79,5	85,0	90,0	95,5	97,0	99,0	101,0	103,0	104,0	105,0
B	QUADRIL	27,0	28,0	30,0	31,0	32,0	34,0	35,0	37,0	39,0	41,0	43,0	45,0	47,0	49,0	51,0
C	CINTURA	19,0	20,5	22,0	23,5	25,0	26,5	28,0	29,5	31,0	31,0	33,0	35,0	37,0	39,0	41,0
D	GANCHO DIANTEIRO	9,0	10,0	11,0	12,0	13,0	13,5	14,0	15,0	16,0	16,0	17,0	18,0	19,0	20,0	21,0
E	GANCHO TRASEIRO	16,5	17,5	18,5	19,0	20,0	21,0	21,5	22,0	23,0	27,0	28,0	29,0	30,0	31,0	32,0
F	ABERTURA DE PERNAS	8,0	8,25	9,0	9,25	9,5	9,75	10,0	10,25	10,5	10,75	11,25	11,75	12,25	12,75	13,25
G	ALTURA DO CÔS	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0



ITEM 10



TABELA DE MEDIDAS PRODUTO ACABADO

T/U	DESCRIÇÃO	0	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XGG
A	COMPRIMENTO TOTAL	21,5	23,0	24,0	25,0	26,5	28,0	29,0	30,0	31,5	38,0	39,5	41,0	42,5	44,0	45,5
B	QUADRIL	27,0	28,0	30,0	31,0	32,0	34,0	35,0	37,0	39,0	41,0	43,0	45,0	47,0	49,0	51,0
C	CINTURA	19,0	20,5	22,0	23,5	25,0	26,5	28,0	29,5	31,0	31,0	33,0	35,0	37,0	39,0	41,0
D	GANCHO DIANTEIRO	9,0	10,0	11,0	12,0	13,0	13,5	14,0	15,0	16,0	16,0	17,0	18,0	19,0	20,0	21,0
E	GANCHO TRASEIRO	16,5	17,5	18,5	19,0	20,0	21,0	21,5	22,0	23,0	27,0	28,0	29,0	30,0	31,0	32,0
F	ABERTURA DE PERNAS	14,5	15,0	16,0	17,0	17,5	18,0	18,5	19,0	20,0	20,5	21,0	22,0	23,0	24,0	25,0
G	ALTURA DO CÔS	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0

2. Questionamento de RS Comércio, por e-mail vendas@rscomercio.srv.br vendas@rscomercio.srv.br, em 13/02/2025:

2.1. Referente ao cadastro da proposta no portal: 1.1 Podemos colocar a expressão "Própria" no campo marca do portal, para que não ocorra a identificação de nossa empresa?

Resposta: O campo marca/fabricante designa que deve ser devidamente preenchido o nome da marca e fabricante, sendo assim, indevido o preenchimento com o termo "própria".

Ademais, trata-se de dúvida referente ao sistema eletrônico, não competindo ao contratante, em primeira análise, saná-la, conforme o edital em item 5.6. prevê: "Caso o licitante possua qualquer tipo de dúvida quanto à operacionalidade do sistema eletrônico, o mesmo deverá recorrer previamente ao manual do fornecedor disponibilizado no portal COMPRASGOV, ou buscar auxílio junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) por meio de um de seus canais de comunicação." e "5.6.1 Não cabe ao setor de Licitações prestar ao licitante quaisquer informações ou orientações no tocante às funcionalidades do sistema, bem como buscar informações, esclarecimentos ou documentos junto ao provedor do sistema eletrônico, uma vez que os canais indicados no portal são os meios recomendados para estes fins e, ainda, pelo fato de que o setor de licitações não dispõe de acesso às ferramentas do sistema destinadas ao fornecedor."

2.2. As propostas podem ser cadastradas acima do valor estimado?

Resposta: Sim.

2.3. Referente ao prazo de entrega do material: O item 5.1 do Termo de Referência do edital estabelece que o prazo de entrega do objeto é de 40 (quarenta) dias corridos. Entretanto, o prazo fixado não é viável, considerando as



especificidades do objeto descritas no Termo de Referência. O período de 40 (quarenta) dias corridos é insuficiente para atender à demanda, uma vez que a fabricação do material exige um processo produtivo complexo, aliado às exigências técnicas específicas e ao tempo necessário para transporte, que pode variar conforme a localização da sede da empresa licitante. É importante esclarecer, de forma sucinta, o processo produtivo no setor têxtil, que compreende diversas etapas indispensáveis: 1. Aquisição do fio: Seleção e compra das matérias-primas necessárias; 2. Tecelagem: Produção dos tecidos com base nos fios adquiridos; 3. Tingimento dos fios: Realizado de acordo com as cores (pantones têxteis) especificadas pelo município contratante; 4. Etapas subsequentes: Corte, costura, montagem das peças, acabamento, conferência, embalagem, separação e logística de entrega. Ressalta-se que os uniformes escolares possuem insumos personalizados, e as empresas participantes do certame não podem antecipar a aquisição dos materiais sem a garantia formalizada pela emissão do empenho. Portanto, a previsão no item do edital estabelece condição extremamente comprometedora da competitividade para a entrega de todo material, sendo este prazo extremamente exíguo pelas particularidades dos produtos licitados. À vista disso, absolutamente inviável prazo tão curto para a entrega, sendo certo que conforme estabelecido acabará por oportunizar a participação no certame apenas daquelas empresas que mantêm esses produtos em estoque da forma como especificado no Edital, podendo até o pregão ser deserto por falta de empresas interessadas, já que o prazo de entrega deve ser cumprido. Ademais, tais condições restritivas da competitividade acabam por provocar, mesmo que indiretamente, uma majoração nos valores das propostas a serem apresentadas, haja vista que as empresas que atuam no segmento possuem conhecimento de quais são seus possíveis concorrentes para a entrega nos moldes, exigências e prazos estabelecidos, tendo ciência de que serão poucos e quais os valores por eles praticados. Uma flexibilização maior no prazo para a entrega dos produtos viabilizaria a participação de várias empresas que possuem condição de fornecer o objeto do certame com a mesma qualidade e preços mais acessíveis para a Administração, mas que necessitam de um prazo maior para entregar o produto. A esse respeito, o STJ já decidiu: “As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à Administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. Recurso especial: resp 512179 pr 2003/0036769-5.” Ainda, de acordo com o art. 9º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, é vedado aos Agentes públicos: Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas; b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes; c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato; Assim, se acaso o prazo não for alterado, acabará inviabilizando a participação de inúmeras empresas, tanto pelos fatos expostos acima, assim como pela distância para entrega dos produtos. Como se sabe na Lei 14.133/2021 não temos dispositivos que tratam do prazo de entrega dos materiais adquiridos pela Administração, estabelecendo limites máximos ou mínimos. A definição do prazo da entrega é uma ação discricionária do órgão, e será



estabelecida em conformidade com as necessidades que deverão ser atendidas. Por outro lado, essa definição não poderá estar em desconformidade com as práticas de mercado em relação ao produto, pois o art. 40 da Lei 14.133/21, em seu inciso I, estabelece que as compras, deverão considerar a expectativa de consumo anual, observando as condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado. [1] Assim, tendo em vista o interesse público e os princípios da economicidade, isonomia, razoabilidade e moralidade, deve-se estabelecer prazo mais razoável, de no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos para a entrega dos produtos, visando o alcance da proposta mais vantajosa, além de possibilitar a participação de mais empresas, no intuito, ainda, de não beneficiar apoucadas licitantes que possuem em estoque os produtos que serão adquiridos.

Resposta: O prazo foi considerado adequado pela contratante, sendo assim, considerar o item 5.1.

2.4. Referente a Ata de Registro de Preços: 3.1 A Ata de Registro de Preços que será formalizada após a homologação deste pregão permitirá adesão/carona por outros Órgãos e Entidades Municipais ou Estaduais, além da esfera de governo do município de Governador Celso Ramos?

Resposta: Não. A intensão de registro de preço está dispensada na forma do art. 86, §1º; ou seja, há um único contratante.

2.5. Qual será o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços?

Resposta: O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP) é de cinco dias úteis a partir da data de homologação do certame.

3. Questionamento de RS Comércio, por e-mail vendas@rscomercio.srv.br, em 13/02/2025 desenvolvimento@rscomercio.srv.br, em 13/02/2025

3.1. Referente a apresentação de amostras: Verificamos que no item 4.6 do termo de referência do edital é solicitado que as amostras sejam entregues em um prazo de 15 (quinze) dias corridos pelo licitante vencedor. Considerando a complexidade e a necessidade de garantir a qualidade e conformidade dos uniformes a serem fornecidos, é fundamental que os licitantes tenham tempo suficiente para produzir e apresentar amostras que atendam aos requisitos técnicos estabelecidos no edital. Cumpre esclarecer, que o processo de produção de uma peça de uniforme envolve diversas etapas que exigem tempo até que o produto final esteja pronto. Além disso, é necessária a apresentação de laudos técnicos junto com as amostras, o que aumenta ainda mais a complexidade e o tempo de preparo. O prazo atualmente estabelecido para a entrega das amostras é inadequado, podendo restringir a competitividade do certame e dificultar o cumprimento das exigências com a qualidade esperada. Data vênua, o prazo de entrega das amostras é exíguo necessitando assim, que sejam adequados a prazo realizáveis e condizentes para realização do ato. Neste sentido é a jurisprudência predominante do TCU: Acórdão: 538/2015 – Plenário - Data da sessão: 18/03/2015 – Relator: AUGUSTO SHERMAN Enunciado: Na fase de habilitação, é ilegal a exigência de apresentação de laudos de ensaios técnicos para comprovação de qualidade de insumo ou produto. Desde que previsto no instrumento



convocatório, na fase de propostas a Administração pode exigir, do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, em prazo razoável e suficiente para tal, a apresentação de amostra do produto ou insumo, acompanhada dos laudos técnicos necessários a comprovar a qualidade do bem a ser fornecido. Ainda: Fixe prazo para apresentação de amostras suficiente a não restringir a participação de potenciais competidores situados em outros Estados da federação, de modo a não restringir a competitividade e a isonomia da licitação. Acórdão 808/2003 Plenário.) Assim, tem-se que o prazo consignado é incompatível com a complexidade das exigências do objeto, bem como ultraja a finalidade da licitação que é amplitude da competitividade, princípio que rege os atos administrativos, conforme bem leciona Maria Sylvia Di Pietro: "...a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento. (...) conseguir vantagens pessoais para si ou para terceiros, estará fazendo prevalecer o interesse individual sobre o interesse público e, em consequência estará fazendo prevalecer o interesse individual sobre o interesse público e, em consequência, estará se desviando da finalidade pública prevista na lei. Daí o vício do desvio de poder ou desvio de finalidade, que torna o ato ilegal." Trata-se de grande ofensa aos normativos que regem as contratações públicas, ferindo a lisura do certame ao restringir seu caráter competitivo, em contrariedade aos princípios previstos no art. 5º da Lei 14.133/2021: Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas; b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes; c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato; (...) A referida exigência de apresentação de amostras em curto prazo de poucos dias úteis fere os princípios da igualdade, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade e o princípio da isonomia, restringindo e frustrando o caráter competitivo da referida licitação. A extensão do prazo para a entrega das amostras visa possibilitar que as empresas interessadas realizem ajustes e verificações minuciosas, assegurando que os materiais e acabamentos atendam aos padrões exigidos, sem comprometer a qualidade do produto final. Além disso, é possível que imprevistos logísticos, como o transporte de amostras ou a disponibilidade de materiais específicos, possam impactar no cumprimento do prazo original. Portanto, considerando a importância de garantir a participação de um maior número de fornecedores e assegurar a conformidade com as exigências do edital, solicitamos a extensão do prazo para a apresentação das amostras em 20 dias úteis, de forma a permitir que as empresas atendam aos requisitos de forma adequada e com a qualidade desejada pela Administração.



Resposta: O prazo foi considerado adequado pela contratante, sendo assim, considerar o item 4.6.

3.2. Referente as dotações orçamentárias: 5.1 Qual(is) é(são) as verbas para as dotações orçamentárias referentes a esse Pregão? 5.2 Essas verbas serão próprias da Prefeitura de Governador Celso Ramos, estaduais, federais ou federais – Verba QESE (Salário Educação)?

Resposta: Na licitação para registro de preços, não é obrigatório indicar a dotação orçamentária. Esta só é exigida para formalizar o contrato.

3.3. Referente aos documentos de habilitação: 6.1 Para participação pela empresa filial, sabemos que existem algumas certidões que somente são emitidas para a empresa matriz (como é o caso da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, por exemplo). Sendo assim, nesses casos serão aceitas as certidões emitidas para o nome e CNPJ da empresa matriz?

Resposta: Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.”

3.4. Referente ao prazo de prorrogação do Contrato: A cláusula segunda da Minuta do Contrato (anexo III) diz que a vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. No entanto, essa vigência máxima decenal seria para contratos de serviços e fornecimentos contínuos (Art. 107), ou nas hipóteses previstas alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 da Lei, contudo, o objeto deste contrato “AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES”, não está em nenhuma das hipóteses previstas nestes artigos. 7.1 Considerando o objeto do contrato “AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES”, qual será o prazo máximo de prorrogação contratual?

Resposta: Esclarece que a contratante entende que a aquisição de uniformes escolares se trata de fornecimento contínuos, assim entendido como compras realizadas pela Administração para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. A Lei permite que esses contratos tenham vigência inicial de até cinco anos. As eventuais prorrogações sucessivas dos contratos de fornecimentos contínuos, até o prazo de dez anos é possível havendo a previsão em edital e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

Governador Celso Ramos, fevereiro de 2025

MARIA BERENICE FLORES DE MENEZES
Pregoeira



ERRATA

NO EDITAL, E TERMO DE REFERÊNCIA, RETIFICA AS MEDIDAS DOS ITENS 6,9 e 10, conforme arte abaixo:

ITEM 6:



Produto acabado em cm (variação de 1cm para as medidas A/B/C e 0,5cm para medida D):

		01	02	04	06	08	10	12	14	16	P	M	G	GG	EG
A	Comprimento total com a barra	40	42	45	49	52	56	60	64	67	69	72	75	78	82
B	Largura peito	32	34	37	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	62
C	Comprimento manga com o punho	35	37	41	44	47	50	53	56	60	64	66	68	70	72
D	Barra, gola e punhos	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5

ITEM 9:

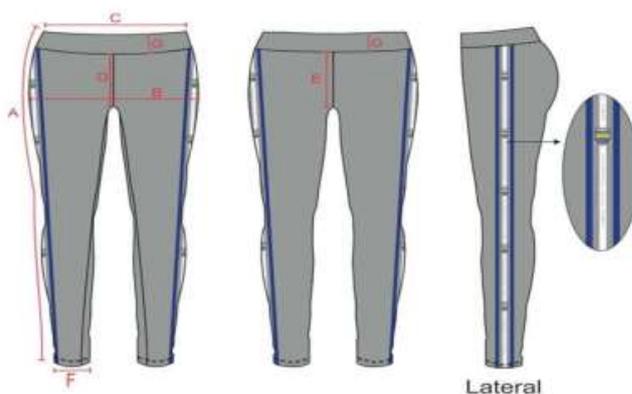


TABELA DE MEDIDAS PRODUTO ACABADO

T/U	DESCRIÇÃO	0	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XGG
A	COMPRIMENTO TOTAL	50,5	57,0	64,0	69,0	74,5	79,5	85,0	90,0	95,5	97,0	99,0	101,0	103,0	104,0	105,0
B	QUADRIL	27,0	28,0	30,0	31,0	32,0	34,0	35,0	37,0	39,0	41,0	43,0	45,0	47,0	49,0	51,0
C	CINTURA	19,0	20,5	22,0	23,5	25,0	26,5	28,0	29,5	31,0	31,0	33,0	35,0	37,0	39,0	41,0
D	GANCHO DIANTEIRO	9,0	10,0	11,0	12,0	13,0	13,5	14,0	15,0	16,0	16,0	17,0	18,0	19,0	20,0	21,0
E	GANCHO TRASEIRO	16,5	17,5	18,5	19,0	20,0	21,0	21,5	22,0	23,0	27,0	28,0	29,0	30,0	31,0	32,0
F	ABERTURA DE PERNAS	8,0	8,25	9,0	9,25	9,5	9,75	10,0	10,25	10,5	10,75	11,25	11,75	12,25	12,75	13,25
G	ALTURA DO CÔS	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0



ITEM 10



TABELA DE MEDIDAS PRODUTO ACABADO																
T/U	DESCRIÇÃO	0	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XGG
A	COMPRIMENTO TOTAL	21,5	23,0	24,0	25,0	26,5	28,0	29,0	30,0	31,5	38,0	39,5	41,0	42,5	44,0	45,5
B	QUADRIL	27,0	28,0	30,0	31,0	32,0	34,0	35,0	37,0	39,0	41,0	43,0	45,0	47,0	49,0	51,0
C	CINTURA	19,0	20,5	22,0	23,5	25,0	26,5	28,0	29,5	31,0	31,0	33,0	35,0	37,0	39,0	41,0
D	GANCHO DIANTEIRO	9,0	10,0	11,0	12,0	13,0	13,5	14,0	15,0	16,0	16,0	17,0	18,0	19,0	20,0	21,0
E	GANCHO TRASEIRO	16,5	17,5	18,5	19,0	20,0	21,0	21,5	22,0	23,0	27,0	28,0	29,0	30,0	31,0	32,0
F	ABERTURA DE PERNAS	14,5	15,0	16,0	17,0	17,5	18,0	18,5	19,0	20,0	20,5	21,0	22,0	23,0	24,0	25,0
G	ALTURA DO CÔS	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0